

Direito das Obrigações

Sumário: 16/12/2009

Princípios gerais do Direito das Obrigações (continuação)

(Princípio da autonomia privada)

(Princípio do ressarcimento dos danos)

Princípio da restituição do enriquecimento injustificado (continuação)

(História)

(Consagração legal)

(Elementos do enriquecimento sem causa)

Revisão do instituto

Outras normas à luz deste princípio: 289º n. 2, 468º n. 2, 472º n. 1, 616º n. 3
617 n. 1, 764º n. 2 795º n. 1 795º n. 2 815 n. 2, 1214º n. 3 todos do Código Civil.

(recapitulação)

Considerações finais

Princípio da boa fé

- Apresentação do instituto

- Boa fé em sentido subjectivo

- Como razão de ciência

- Conceito – ignorância de se estar a lesar direitos

P.e. 1260º C.C.

- Boa fé em sentido objectivo:

(ou normativo)

- Conceito – regra de conduta em benefício de outrem

- Deveres acessórios de protecção,
de informação
e de lealdade

- Em que institutos se encontra plasmada:

- Responsabilidade pré-contratual – art. 227º n. 1 C.C.

- Integração dos negócios - art. 239º C.C.

- Abuso de Direito – art. 334º C.C.

- Resolução/modificação das circunstâncias – art.437, n.1 CC

- Complexidade das obrigações – 762º, n. 2 C.C.